**ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA**

**SELEÇÃO 2024 – PROGRAMAS RESIDENCIA EM MEDICINA VETERINÁRIA DA UFRRJ**

**ABAIXO ESTÃO OS TEMAS E BIBLIOGRAFIAS RELACIONADAS. O CONTEÚDO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE É COMUM A TODOS OS PROGRAMAS E ESTÁ DISPONÍVEL NO QUADRO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA E ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE.**

**PROGRAMA: DIAGNÓSTICO EM PARASITOLOGIA ANIMAL**

**TEMAS:**

1. Ectoparasitoses de animais de companhia, de produção e silvestres.

2. Helmintoses de animais de companhia, de produção e silvestres.

3. Protozooses de animais de companhia, de produção e silvestres.

4. Riquetsioses de animais de companhia, de produção e silvestres.

5. Antiparasitários empregados no controle de parasitos e tratamento de parasitoses dos animais de companhia e de produção.

Obs. Considerar para os itens de 1 a 4: diagnóstico (clínico e laboratorial), aspectos epidemiológicos, manifestações clínicas, patogenia e controle.

BIBLIOGRAFIA:

BOWMAN, D. D. Georgis Parasitologia Veterinária. 9a Edição, Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 448p.

ESTRADA-PEÑA, A. Carrapatos: morfologia, fisiologia e ecologia (Edição adaptada por regiões geográficas: América Latina).1a Edição. São Paulo: MedVet. 2017.

93p.

MELO, Y. J. O.; FERRAZ, H.T.; SATURNINO, K.C.; SILVA, T.D.P.; BRAGA, I.A.; AMARAL, A.V.C.; MEIRELLES-BARTOLI, R.B.; RAMOS, D.G.S. Gastrointestinal parasites

in captive and free-living wild birds in Goiania Zoo. Brazilian Journal of Biology, v. 82, e240386, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1519-

6984.240386>. Epub 02 June 2021. ISSN 1678-4375. https://doi.org/10.1590/1519-6984.240386.

MEWIUS, A.; LUSA, E.R.; PERTILLE, J.G.; REIS, T.D.; PLETSCH, J.A.; FRANÇA, R.T.; CASTRO, L.L.D. Endoparasites in group of wild animals raised in captivity. Pesquisa

Veterinária Brasileira, v.41, e06758, 2021. https://doi.org/10.1590/1678-5150-PVB-6758.

SOUZA, S.L.P., BENATTI, H.R.; LUZ, H.R.; COSTA, F.B.; PACHECO, R.C.; LABRUNA, M.B. Endoparasites of capybaras (Hydrochoerus hydrochaeris) from anthropized

and natural areas of Brazil. Brazilian Journal of Veterinary Parasitology, v. 30, n. 2, e027420, 2021. https://doi.org/10.1590/S1984-29612021049

MONTEIRO, S.G. Parasitologia na Medicina Veterinária. 2a Edição, Rio de Janeiro: Gen, 2017. 370p.

SELZER, P.M.; EPE, C. Antiparasitic in Animal Health: quo vadis? Trends in Parasitology, v. 37, n.1, p. 77-89, 2021. https://doi.org/10.1016/j.pt.2020.09.004

TAYLOR, M.A.; COOP, R.L.; WALL, R.L. Parasitologia Veterinária. 4a Edição, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. 965p.

TEODORO, A.K.M.; CUTOLO, A.A.; MOTOIE, G.; MEIRA-STREJEVITCH, C.S.; PEREIRA-CHIOCCOLA, V.L.; MENDES, T.M.F.M.; ALLEGRETTI, S.M. Gastrointestinal, skin

and blood parasites in Didelphisspp. from urban and sylvatic areas in São Paulo state, Brazil. Veterinary Parasitology: Regional Studies and Reports, v.16, e100286,

2019. https://doi.org/10.1016/j.vprsr.2019.100286.

UENO, H.; GONÇALVES, P. C. Manual para Diagnóstico das Helmintoses de Ruminantes. 4a Edição, Porto Alegre: Japan International Cooperation Agency, 1998.

143p.

VEROCAI, G.G.; CHAUDHRY, U.N.; LEJEUNE, M. Diagnostic Methods for Detecting Internal Parasites of Livestock. Veterinary Clinics of North America: Food Animal

Practice, v. 36, n. 1, p. 125-143, 2020. https://doi.org/10.1016/j.cvfa.2019.12.003.

Programa: **VIGILÂNCIA E ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE**

Temas: COMUM A TODOS OS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA

POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE:

Sistema Único de Saúde – SUS. Objetivos e Atribuições. Princípios e Diretrizes. Organização e Gestão. Competências. Financiamento. Participação da comunidade na gestão do SUS. Vigilância em Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. O Médico Veterinário no SUS. Atuação no âmbito da Saúde Pública.

**BIBLIOGRAFIA:**

BRASIL. Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968 (1968). Dispõe sobre o exercício da profissão de Médico Veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária. Brasília, DF: Senado 1968. Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV Resolução nº 1138, de 16 de dezembro de 2016. Aprova o Código de Ética do Médico Veterinário.

BRASIL. Ministério da Saúde, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (1990). Lei Orgânica da Saúde - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Senado 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 (1990). Dispõe sobre a participação da comunidade no Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF: Senado 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde (2017). Portaria nº. 2436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Senado 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA GM/MS Nº 635, de 22 de maio de 2023. Institui, define e cria incentivo financeiro federal de implantação, custeio e desempenho para as modalidades de equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde (2012). Lei complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis no 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde (2017). Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. Capítulo V. Das ações e serviços de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública.

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA GM/MS Nº 217, DE 1º DE MARÇO DE 2023. Altera o Anexo 1 do Anexo V à Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, para substituir o agravo "Acidente de trabalho: grave, fatal e em crianças e adolescentes" por "Acidente de Trabalho" na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos em de saúde pública, nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de Setembro de 2017. Consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde (2017). Portaria nº 782, de 15 de março de 2017. Define a relação das epizootias de notificação compulsória e suas diretrizes para notificação em todo o território nacional.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE/RJ. Resolução SES n.º2485 de 18 de outubro de 2021. Dispõe sobre a relação de doenças e agravos de notificação compulsória e vigilância sentinela e revoga a Resolução SES nº 1.864 de 25 de junho de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria da Casa Civil. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 – Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. ANVISA. Resolução-RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 – Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

BRASIL. Ministério da Saúde. ANVISA. Resolução RDC Nº222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. ANVISA. Resolução RDC Nº 611, de 9 de março de 2022. Estabelece os requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista e regulamenta o controle das exposições médicas, ocupacionais e do público decorrentes do uso de tecnologias radiológicas diagnósticas ou intervencionistas.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 32 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE. Atualizada em 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-32-atualizada-2022-2.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Prevenção, Vigilância e Controle de Zoonoses. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: DF. Editora do Ministério da Saúde. 2016, 123p.

BRASIL. Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. (Publicada no D.O.U. de 27.01.1999, Seção 1, pág. 1). Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. – 5. ed. rev. e atual. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 1126p. Acesso: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_5ed_rev_atual.pdf>

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Vigilância ambiental em saúde/Fundação Nacional de Sáude. – Brasília: FUNASA, 2002. 42 p. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_sinvas.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Asis - Análise de Situação de Saúde / Ministério da Saúde, Universidade Federal de Goiás. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 3v. : il. Acesso em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-762143>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunizações e Doenças Transmissíveis. Vigilância epidemiológica das doenças de transmissão hídrica e alimentar : manual de treinamento / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2021. 196 p. Acesso em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/doencas-transmitidas-por-alimentos-dta/manual\_dtha\_2021\_web.pdf/@@download/file](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/doencas-transmitidas-por-alimentos-dta/manual_dtha_2021_web.pdf/%40%40download/file)